

CORREIO DAS REGIÕES

Divulgação/Prefeitura de Jundiá



Novo decreto não paralisa obras que estão em andamento

Jundiá suspende novos empreendimentos por 180 dias

Jundiá oficializou a suspensão da aprovação de novos empreendimentos imobiliários por 180 dias. A medida, publicada em decreto, atende a uma recomendação do Ministério Público e busca avaliar a capacidade da infraestrutura da cidade diante do crescimento urbano. Obras já aprovadas ou em andamento não serão afetadas. Durante o período, o município pretende revisar leis, discutir o Plano Diretor e promover estudos para garantir um desenvolvimento planejado e sustentável. Segundo a administração, também serão debatidas novas contrapartidas urbanísticas, questões ambientais e políticas para o Centro da cidade, além da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico para os próximos anos.

Ressarcimento no transporte urbano

Limeira aprovou um projeto que autoriza o ressarcimento de usuários que precisarem recorrer ao transporte privado durante greves do transporte coletivo. A medida terá caráter temporário e valerá apenas em situações oficialmente reconhecidas pela Prefeitura, quando houver paralisação parcial ou total do serviço. Para receber o reembolso, será necessário apresentar comprovantes e seguir critérios que ainda serão regulamentados.

Divulgação



Vereador assume após a cassação de Lincoln Fernandes

Camilo Calandrelli assume cadeira

A Câmara de Ribeirão Preto oficializou a posse de Camilo Calandrelli (PL) como vereador após a cassação do mandato de Lincoln Fernandes. Com passagem pela Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura e atuação no Congresso Nacional e na Alesp, o novo parlamentar afirmou que pretende exercer um mandato pautado pelo diálogo, transparência e compromisso com a população ribeirão-pretana. Formado em Canto Lírico e Regência pela USP, ele também destacou a valorização da cultura e da gestão pública eficiente.

Comissão de Finanças aguarda Sabesp

A Comissão de Finanças da Câmara de Bragança Paulista realizou reunião na terça-feira (16), mas não fez deliberações por falta de quórum. Durante o encontro, os vereadores presentes informaram que o colegiado segue aguardando uma resposta da Sabesp para tratar de questões relacionadas aos serviços prestados pela companhia. A próxima reunião está marcada para o dia 23 de junho.

Educação Infantil

Sorocaba sancionou uma lei que cria uma nova jornada de trabalho para professores da Educação Infantil. A medida permite a atuação complementar de docentes no atendimento de crianças e busca ampliar a presença de profissionais nas escolas, além de cumprir decisão que exige professor habilitado.

Mobilidade urbana

São José dos Campos inicia a etapa piloto da nova Pesquisa Origem e Destino, que vai mapear os deslocamentos da população para planejar a mobilidade urbana da próxima década. Nesta fase, 100 residências serão visitadas em cinco bairros. Cerca de 7,4 mil famílias participarão do levantamento.

Força-tarefa

Uma força-tarefa retirou 450 kg de resíduos do Rio Atibaia durante a Semana do Meio Ambiente. A ação reuniu equipes de quatro secretarias, que percorreram o trecho entre o Parque das Nações e a Usina para remover plásticos, metais e entulhos descartados irregularmente, reforçando a preservação.

Solo de Taubaté

A Secretaria de Planejamento Urbano realiza nesta quarta-feira (17), às 9h, a segunda audiência pública sobre a nova lei de parcelamento do solo. O encontro apresentará a minuta da proposta e receberá sugestões da população sobre temas como loteamentos, condomínios, sistema viário e desenvolvimento urbano sustentável.

Achados e perdidos

O setor de Achados e Perdidos do transporte coletivo de Jundiá recebe muito mais do que carteiras e celulares. Entre os itens esquecidos pelos passageiros estão dentaduras, muletas, sacolas com limões, verduras e até uma escritura de imóvel. Somente neste ano, o serviço já recebeu mais de 500 objetos e documentos.

É Hexa!

São José dos Campos conquistou o hexacampeonato consecutivo dos Jogos Abertos da Juventude, realizados em Barretos. Com uma delegação de 264 atletas, o município venceu nove modalidades, além de garantir quatro vice-campeonatos e cinco terceiros lugares. A competição reuniu 160 cidades.



Município ressaltou que a gestão da estrutura pertence à União

Limeira pede demolição da Ponte do Esqueleto

Município também solicita investigação da Polícia Federal

Por Raphaela Cordeiro

Tragédia no local

A Prefeitura de Limeira pediu ao Governo Federal a demolição da Ponte do Esqueleto como medida definitiva para impedir novos acidentes. O pedido foi apresentado durante uma reunião realizada na segunda-feira (15), quando também foi solicitada uma investigação da Polícia Federal sobre a divulgação de atividades ilegais no local por meio das redes sociais.

O encontro reuniu o prefeito Murilo Félix, representantes do Governo Federal, o presidente da Câmara Municipal de Limeira, Everton Ferreira, e o deputado federal Miguel Lombardi. Segundo o prefeito, a estrutura apresenta riscos conhecidos há anos e continua atraindo pessoas mesmo interdita. “Estamos tratando de uma área que apresenta riscos conhecidos há muitos anos e que continua atraindo pessoas mesmo interdita. A implosão da estrutura será uma solução definitiva para evitar novos incidentes e garantir a segurança da população”, afirmou.

A Prefeitura informou que já adotou medidas para restringir o acesso, como instalação de placas, bloqueios e abertura de valetas, mas todas foram desrespeitadas. Como a ponte pertence à União, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) anunciou que irá reforçar a sinalização e estudar novas barreiras físicas para dificultar a entrada de pessoas.

A discussão ganhou força após a morte da jovem Maria Eduarda Rodriguez, de 21 anos, durante um salto de rope jump realizado no último sábado (13). Ela foi lançada de uma altura de cerca de 40 metros sem estar presa à corda de segurança. Um vídeo do momento mostra o equipamento no chão enquanto uma pessoa pergunta: “E a corda?”, segundos antes da queda.

Seis pessoas foram presas em flagrante após tentarem deixar o local. Após audiência de custódia, três permaneceram presas preventivamente e outras três responderão em liberdade.

Segundo a investigação, a atividade era promovida por uma empresa privada sem autorização da Prefeitura para realizar saltos na região. A Polícia Civil apura a responsabilidade dos envolvidos e analisa imagens e depoimentos para esclarecer as circunstâncias da morte.

Com a repercussão do caso, o município reforça que o acesso à Ponte do Esqueleto sempre foi proibido e defende a demolição como forma de impedir novas invasões e evitar que tragédias semelhantes se repitam. A Prefeitura também destacou que continuará acompanhando as discussões com os órgãos federais e cobrando providências para reforçar a segurança da área.